



Concurso Público

Nível Superior

Cargo 1: Analista — Especialização: Assuntos Jurídicos

*Caderno de
Provas Objetivas e Discursiva*

Aplicação: 4/4/2004

MANHÃ



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de 1 a 125, e a prova discursiva, acompanhada de uma página para rascunho.
2. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
3. Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
4. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para texto definitivo.
5. Nos itens das provas objetivas, recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **1,00** ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2004 – SERPRO, de 3/2/2004.
6. Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
7. A duração das provas é de **quatro horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição do texto definitivo da prova discursiva para a respectiva folha.
8. Na prova discursiva, não será avaliado texto definitivo escrito a lápis ou que tenha identificação fora do local apropriado.
9. Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe as suas folhas de respostas e de texto definitivo e deixe o local de provas.
10. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho, na folha de respostas ou na folha de texto definitivo poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA

- I 5/4/2004 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no site <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 6 e 7/4/2004 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e nos horários que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III 4/5/2004 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial da União e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do resultado provisório da prova discursiva.
- IV 6 e 7/5/2004 – Recebimento de recursos contra o resultado provisório da prova discursiva, exclusivamente nos locais e nos horários que serão informados na divulgação desses resultados.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 do Edital n.º 1/2004 – SERPRO, de 3/2/2004.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100 ou pela Internet, no site <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

• De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.

• Nos itens que avaliam **Conhecimentos Básicos de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destreas e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 O multiculturalismo pode ser visto como um sintoma de transformações sociais básicas, ocorridas na segunda metade do século XX no mundo todo pós-segunda guerra mundial. Pode ser visto também como uma ideologia, a do politicamente correto, ou como aspiração, desejo coletivo de uma sociedade mais justa e igualitária no respeito às diferenças. Consequência de 4 múltiplas misturas raciais e culturais provocadas pelo incremento das migrações em escala planetária, pelo desenvolvimento dos estudos antropológicos, do próprio direito e da lingüística, além das outras ciências sociais e humanas, o multiculturalismo é, antes de mais nada, um questionamento de fronteiras de todo o tipo, principalmente da monoculturalidade e, com esta, de um conceito 7 de nação que nela se baseia. Visto como militância, o multiculturalismo implica reivindicações e conquistas por parte das chamadas minorias. Reivindicações e conquistas muito concretas: legais, políticas, sociais e econômicas.

10 Para a maior parte dos governos, grupos ou indivíduos que não conseguem administrar a diferença e aceitá-la como constitutiva da nacionalidade, ela tem de estar contida no espaço privado, em guetos, com maior ou menor repressão, porque é considerada um risco à identidade e à unidade nacionais. Mas não há como negar que, cada vez mais, as identidades são plurais e as nações sempre se compuseram na diferença, mais ou menos escamoteada por uma homogeneização forçada, em grande parte 13 artificial.

O multiculturalismo é hoje um fenômeno mundial (estima-se que apenas de 10% a 15% das nações no mundo sejam etnicamente homogêneas). Costuma, porém, ser considerado um fenômeno inicialmente típico dos Estados Unidos da América (EUA), porque este país tem especificidades que são favoráveis à sua eclosão. Essa especificidade é histórica, demográfica e institucional. Mas outros países que não necessariamente têm as mesmas condições também apresentam esse fenômeno. Entre 16 esses, Canadá, Austrália, México e Brasil, especialmente devido à presença de minorias nacionais autóctones por longo tempo discriminadas. Canadá e Austrália têm sido apontados como exemplares, devido a algumas conquistas fundamentais e 19 relativamente recentes. Mesmo na Europa há minorias que hoje reivindicam seu reconhecimento e, às vezes, como no caso dos bascos na Espanha, de forma violenta. Conflitos e contradições também se encontram na França e na Alemanha. Na França, o caso 22 do véu islâmico fala por si só e, na Alemanha, a discussão interminável sobre a integração dos turcos e o direito à dupla nacionalidade voltam sempre.

Ligia Chiappini. In: CULT, maio/2001, p. 18 (com adaptações).

Julgue os itens a seguir, referentes às idéias, à correção gramatical, à tipologia textual e às estruturas morfossintáticas, semânticas e discursivas do texto acima.

1 Na introdução do texto, nos dois primeiros períodos (ℓ.1-3), a conceituação de multiculturalismo que o autor apresenta está coerentemente representada no quadro abaixo.

multiculturalismo			
ponto de vista	o que é?		especificação
social	um sintoma de transformações sociais	quais?	ocorridas na segunda metade do século XX no mundo todo pós-segunda guerra mundial.
político	uma ideologia	qual?	a do politicamente correto.
psicológico	uma aspiração, um desejo coletivo	qual?	de uma sociedade mais justa e igualitária no respeito às diferenças.

2 O sentido se mantém e a construção continua correta se a oração “O multiculturalismo pode ser visto como um sintoma de transformações sociais básicas” (ℓ.1) for reescrita da seguinte forma: Pode-se ver o multiculturalismo como um sintoma de transformações sociais básicas.

3 No trecho “a do politicamente correto” (ℓ.2-3), foi omitido o vocábulo “ideologia”, do qual esse trecho funciona como aposto.

4 A conjunção “ou” (ℓ.3) liga dois termos que se alternam sem se excluírem: “a do politicamente correto” e “como aspiração”.

5 O sinal indicativo de crase em “às diferenças” (ℓ.3) é facultativo, isto é, se não for usado, a sintaxe da frase continua correta.

6 No trecho “Consequência de (...) nela se baseia” (ℓ.3-7), o autor desenvolve a seguinte argumentação: o multiculturalismo decorre de misturas culturais e raciais provocadas por migração em várias partes do mundo e por estudos em várias áreas como antropologia, direito, lingüística, ciências sociais e humanas. Sinônimo de questionamento de fronteiras, põe em cheque o conceito de nação.

7 A forma reduzida “Visto como militância” (ℓ.7) pode, nesse contexto, ser substituída tanto por **Se for visto como militância** quanto por **Quando é visto como militância**.

8 Infere-se do trecho “Para a maior parte (...) nacionais” (ℓ.9-11) que a discriminação racial é cultivada não só por pessoas ou grupos, mas também pela maioria dos governos, que chegam a prender os diferentes, porque, segundo pensam, representam um perigo para a segurança da sociedade.

- 9 A conjunção “Mas” (ℓ.11) inicia um período que inclui o pensamento de que o multiculturalismo é um processo antigo e crescente, que tende a se expandir.
- 10 O adjetivo “nacionais” (ℓ.11) está no plural por referir-se a dois substantivos que se lhe antepõem; todavia, poderia, nessa posição, permanecer no singular, sem que com isso ocorresse erro de concordância.
- 11 Mantém-se a correção gramatical ao se substituir “há” (ℓ.11) por **tem-se**, sem necessidade de outras alterações.
- 12 O texto afirma que os EUA apresentam “especificidades” (ℓ.16) que favorecem o multiculturalismo de natureza “histórica, demográfica e institucional” (ℓ.16-17) e, nesse aspecto, esse país é comparável a outros, inclusive o Brasil, que também apresenta o mesmo fenômeno.
- 13 As “minorias nacionais autóctones” (ℓ.18) são uma referência a povos nativos, como os indígenas.

1 Disse bem um amigo meu: São Paulo, gastronomicamente falando, é de fato uma das cidades mais interessantes do mundo. Quem quiser comer um *spaghetti al pomodoro* realmente espetacular vai pagar uma fortuna ou terá de fazê-lo em casa, se na arte for versado, ou recorrer a amigos que o são. Não saberia dizer os números, mas passa do milhar a quantidade de cantinas “genuinamente italianas” que encontramos na cidade.

Os povos do Oriente também nos trouxeram maravilhas e também essas foram sendo alteradas, ajustadas ao nosso paladar caboclo. Onde está a genuína comida árabe? É provável que um autêntico árabe, sírio, libanês ou turco lhe responda que não se encontra. Tal qual nas famílias de ascendência italiana, sempre existirá a grande avó que sabe ou sabia preparar lautos banquetes. Restaurantes de comida árabe até que não são tantos, se compararmos com os italianos, mas quibe e *sfiha* você pode encontrar em todas as esquinas dessa cidade. *Sfihas*, como *pizzas*, ganharam também os mais espetaculares e estapafúrdios recheios. O indefectível catupiri lá está. Mozzarella e tomate picadinho, *idem*. Quibe recheado com queijo.

Continuemos no Oriente, agora no Japão. Verdadeiro milagre, essa cozinha, que por essas terras chegou na mesma época que a italiana, ganhou nos últimos 15 anos o *status* de comida do dia-a-dia do paulistano. Saiu do bairro da Liberdade e ganhou as ruas dos mais badalados bairros. Conheço muita gente que não consegue passar uma semana sem uma bela fatia de peixe cru, sem manipular com destreza um *hashi* e sem recomendar uma iguaria especialmente desenvolvida para ele por um *sushiman* cearense.

A comida chinesa adaptou-se muito bem às caçambas de motoqueiros. Se pouca gente vai a um restaurante chinês, muita gente a solicita pelo telefone. E aqui entramos em mais um fenômeno paulistano: o *delivery*. Uma grande pizzaria da cidade conta com perto de 40 motoqueiros para fazer suas entregas durante o fim de semana. Um conhecido de meu pai comentou com ele, bastante eufórico, que em seu condomínio, localizado próximo da cidade de São Paulo, já era possível pedir *pizza* no fim de semana.

Da riquíssima culinária judaica temos poucos representantes, mas temos, apesar de o hábito de consumo dessa cozinha estar de fato restrito às colônias. Zenaide e Rosa, da Z-Delli, conseguiram abrir esse fechado círculo e se transformaram nas grandes *idishe-mamma* de milhares de paulistanos.

Mas onde o paulistano se esbalda mesmo é na churrascaria, as churrascarias-rodízio que conseguiram a incrível façanha de convencer o comedor de churrasco que uma saladinha vai bem. É quase incrível, mas o melhor lugar para se comer uma boa salada em São Paulo é uma churrascaria.

Marcio Alemão. In: *Carta Capital*, 28/1/2004. Internet: <http://www.cartacapital.terra.com.br/site/index_frame.php>. Acesso em 7/3/2004 (com adaptações).

Com referência aos aspectos tipológicos e gramaticais do texto ao lado — “Disse bem (...)” —, julgue os itens subsequentes.

- 14 Nas linhas de 3 a 5, há três possibilidades em alternância para quem quer comer um *spaghetti* espetacular, sendo que uma delas apresenta uma condição.
- 15 O emprego do pronome em “fazê-lo” (ℓ.4) é um recurso de substituição para referir-se a “*spaghetti al pomodoro*” (ℓ.3).
- 16 Em “que o são” (ℓ.5), o vocábulo sublinhado é um pronome cujo sentido se reporta ao que foi dito antes: ser “espetacular” (ℓ.4).
- 17 Antes do pronome relativo “que”, nas linhas 5 e 13, é possível colocar-se uma vírgula para separar a oração adjetiva explicativa.
- 18 O pronome “lhe” (ℓ.11) é um indicativo lingüístico de que o autor atribui a pergunta da linha 10 a uma terceira pessoa, supostamente presente na interação verbal.

Julgue os itens a seguir, referentes a redação de correspondências oficiais.

- 19 O ofício é uma comunicação enviada apenas por inferiores a superiores hierárquicos (no serviço público), por autoridades a particulares e vice-versa, e caracterizada por obedecer a certa fórmula epistolar e utilizar formato específico de papel.
- 20 A diferença entre um atestado e uma certidão está no fato de que apenas o primeiro pode ser expedido também fora do serviço público.

1 It is extremely difficult to restrict the flow of software.
It is too widely available, too easy to replicate, and too easy to
conceal. A single 8-mm digital videocassette, small enough to
4 fit into a shirt pocket, can hold all of the sources and binaries to
a major software package representing thousands of person-
years of effort. There is no way to prevent packages from being
7 carried and copied all over the world.

Inhibition of copying has been a concern of software
vendors domestically and within CoCom countries generally.
10 Vendors have resorted to legal protection against copying
(copyright, trade secret), copy protect mechanisms, object-
code-only (OCO) shipment practices, and, in some cases, use of
13 proprietary compilers. One of the best examples of the difficulty
of protecting software is the decision by several key software
manufacturers (including Lotus Development) not to copy-
16 protect their disks. The previous copy-protection mechanisms
were woefully inadequate and tended to alienate customers.

Global trends in computer technology and their impacts on
export control. National Academy Press, D. C. (with adaptations).

Based on the text above, judge the following items.

- 21 It is not easy to confine the flow of software.
- 22 It is rather difficult to prevent software from being hidden.
- 23 National and foreign sellers have already succeeded in stopping the illegal flow of software.
- 24 “compilers” (ℓ. 13) are computer programs that turn instructions in a high level language into a form that the computer can understand and on which it can act.
- 25 Prior copy-protection mechanisms used to make clients secure about the software.

Computer-integrated manufacturing (CIM) is a broad term referring to utopian factories of the future in which computers are integrated into all aspects of design, production, and control. As such, CIM technology encompasses hardware, software, and systems that support the design and manufacture of mechanical devices.

The primary goal of CIM is to increase the flexibility of the production line to support faster response to changing market demands. Related goals of CIM systems are to achieve higher product quality, smaller lot sizes (approaching one), and reduced work-in-process inventory. Early efforts to realize CIM systems were driven by a naive push for labor reduction; more recent motivations include desires for improvement in product quality and response time.

Idem, ibidem (with adaptations).

From the text above, it can be deduced that CIM

- 26 is a highly feasible reality.
- 27 results from the integration of all aspects of design, production, control and computers.
- 28 technology is an attempt to cope with the changes in the market demands.
- 29 primarily aims at achieving higher product quality.
- 30 systems early efforts were motivated by an ingenious drive for work reduction.

A leading executive was once asked what single characteristic was most important when selecting a project manager. His response: “a person with the ability to know what will go wrong before it actually does.” We might add: “and the courage to estimate when the future is cloudy.”

Estimation of resources, cost, and schedule for a software development effort requires experience, access to good historical information, and the courage to commit to quantitative measures when qualitative data are all that exist. Estimation carries inherent risk and it is this risk that leads to uncertainty.

Project complexity has a strong effect on uncertainty that is inherent in planning. Complexity, however, is a relative measure that is affected by familiarity with past effort.

R. S. Pressman. *Software engineering*. 4th edition, McGraw-Hill (with adaptations).

Based on the text above, judge the items below.

- 31 An efficient executive should look forward to problems that can happen.
- 32 A project manager should be audacious when appraising that something bad is liable to occur.
- 33 A project manager must be committed to quantitative measures.
- 34 Estimation leads to uncertainty.
- 35 The more complex a project is, the weaker the effect on its inherent uncertainty in planning.

Acerca do sistema operacional Linux, julgue os itens seguintes.

- 36 Linux é um sistema operacional dedicado a grandes sistemas computacionais constituídos de estações de trabalho, não podendo ser utilizado em computadores do tipo PC nem em *laptops*.
- 37 Caso se queira obter informações referentes aos nomes dos arquivos e diretórios armazenados em um determinado diretório D, é suficiente a execução, em D, da instrução `ls -a`.
- 38 Ao se executar na raiz do sistema o comando `find -name arq`, será realizada a operação de busca do arquivo de nome `arq` em todos os diretórios existentes no sistema.

Com relação a conceitos de Internet e a navegadores, julgue os itens que se seguem.

- 39 O acesso à Internet por meio de uma conexão ADSL exige que o navegador utilizado seja do tipo banda larga, ou seja, ele deve ter velocidade de processamento equivalente à taxa de transmissão requerida na rede, que é da ordem de 5 Mbps.
- 40 Informações no formato textual trafegam na Internet por meio do protocolo TCP/IP, enquanto informações de imagem e som trafegam por meio do protocolo UDP/FTP, que garante uma maior largura de banda para que essas informações possam ter uma maior probabilidade de atingir seus respectivos destinatários.
- 41 O uso de certificado digital na Internet visa aumentar a integridade, a privacidade, a autenticação e o não-repúdio de uma informação.



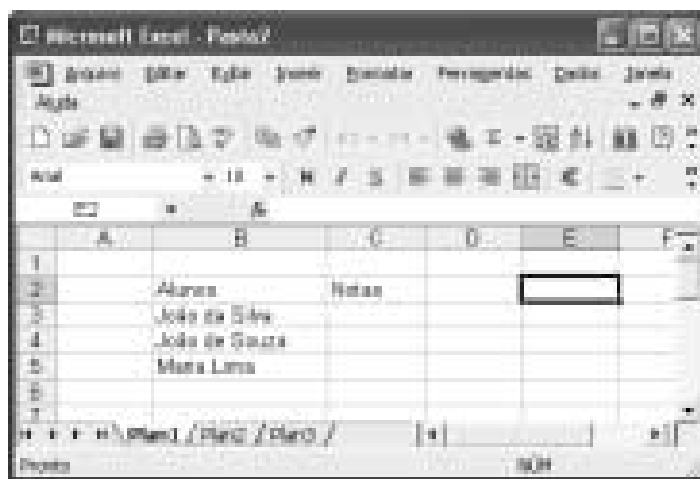
Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2000 com parte de um texto extraído e adaptado do sítio <http://www.serpro.gov.br>, julgue os itens a seguir, acerca do Word 2000.

- 42 Considere o seguinte procedimento: selecionar o termo “SERPRO”; clicar o número na caixa ; digitar 14; teclar . Após essas ações, o termo selecionado ficará com o tamanho de fonte igual a 14.
- 43 Para se inserir a numeração de 1 a 10 nas linhas do documento mostradas, é suficiente selecionar as referidas linhas e, a seguir, clicar o botão .
- 44 Sabendo que ainda não foi efetuado o processo de salvamento do documento em edição, caso se clique o botão , será acessada a janela Salvar como, que permite associar o documento a um arquivo armazenado no disco rígido do computador.



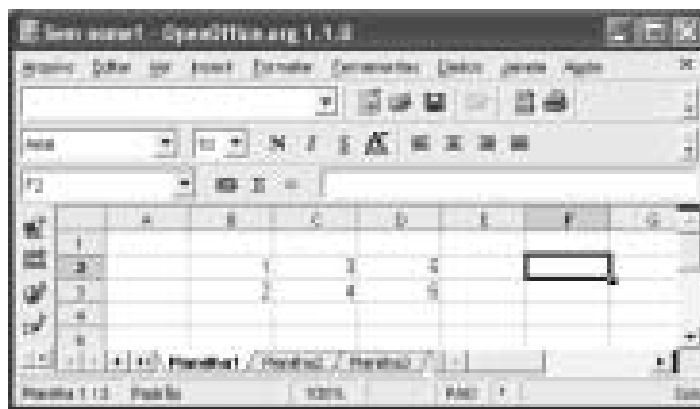
Considerando a figura acima, julgue os itens subseqüentes, relativos ao OpenOffice Write.

- 45 Ao se clicar o botão , será habilitada a ferramenta de criação de gráfico em forma de *pizza*, que é automaticamente inserida no documento em edição.
- 46 O botão  permite acessar uma lista contendo diferentes tipos de documentos que podem ser criados na sessão atual do OpenOffice.



A figura acima mostra uma janela do Excel 2002, com uma planilha em edição, que deverá conter as notas de três alunos de um curso. Com relação a essa figura e ao Excel 2002, julgue os itens a seguir.

- 47 Para se inserir os números 9, 8 e 10 nas células C3, C4 e C5, respectivamente, é suficiente realizar a seguinte seqüência de ações: clicar a célula C3; teclar ; teclar ; teclar ; teclar ; teclar ; teclar .
- 48 Para se selecionar as células de B2 a B5, é suficiente clicar a célula B2, pressionar e em seguida liberar a tecla e, em seguida, clicar a celular B5.



A figura acima mostra uma janela de um aplicativo para edição de planilhas eletrônicas do OpenOffice, com uma planilha em edição. Com relação a essa figura e ao aplicativo em questão, julgue os itens a seguir.

- 49 Para se selecionar todas as células da planilha, é suficiente clicar o botão , acima de e do lado esquerdo de .
- 50 Para se centralizar os conteúdos das células de B2 a D2, é suficiente clicar a célula B2, pressionar e manter pressionada a tecla , clicar D2, liberar a tecla e, em seguida, pressionar simultaneamente as teclas e .

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Com referência à organização administrativa da União, julgue os itens a seguir.

51 Considere a seguinte situação hipotética.

A diretoria do SERPRO, após avaliar a oportunidade de atuação no segmento de segurança digital, concluiu que havia as seguintes opções: criar uma nova subsidiária ou participar como acionista em uma empresa privada, mas sem deter o controle acionário.

Nessa situação, a direção do SERPRO dependerá de autorização legislativa tão-somente para a criação da subsidiária.

52 As empresas estatais — assim consideradas as empresas públicas, as sociedades de economia mista e suas subsidiárias — podem ter sua criação autorizada por lei para a prestação de serviço público ou para a execução de atividade econômica de natureza privada. Em ambos os casos, a finalidade precípua é a otimização do resultado, em razão de ser vedado a essas entidades operar com prejuízo ou déficit orçamentário, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal.

53 A natureza jurídica de direito privado da empresa pública não impede que seus dirigentes, investidos em seus cargos de acordo com o que determinam os estatutos e a legislação específica, estejam sujeitos à ação popular, à ação de improbidade administrativa e à ação penal por crimes praticados contra a administração pública, havendo, entretanto, impossibilidade jurídica no que concerne à submissão em sede de mandado de segurança.

Julgue os itens que se seguem, referentes à teoria dos atos administrativos e aos princípios da administração

54 A competência é um dos requisitos necessários à formação do ato administrativo. No que se refere à sua alterabilidade, o princípio adotado pelo direito positivo é o da irrenunciabilidade, excetuado apenas pela delegação ou pela avocação.

55 O objeto de todo ato administrativo está relacionado à criação, modificação, comprovação e(ou) transformação de situações jurídicas relacionadas a pessoas, coisas ou atividades sujeitas ao poder público, sendo vedado ao Poder Judiciário substituir a definição proposta pela administração.

56 A motivação é princípio implícito ao regime jurídico da administração pública, sendo essencial ao controle dos atos administrativos, especialmente quanto à adequação aos princípios da legalidade, finalidade e razoabilidade.

Em relação à responsabilidade civil da administração, julgue os seguintes itens.

57 A responsabilidade civil da administração pública no direito brasileiro permaneceu com a doutrina subjetiva até a promulgação da Constituição de 1946, que acolheu a teoria objetiva do risco administrativo, estabelecendo a possibilidade de ação regressiva contra os funcionários causadores de dano nas hipóteses em que existisse culpa destes. Somente a partir de 1967 é que foi acrescentado, como requisito para a propositura de ação regressiva, o dolo do funcionário.

58 O risco administrativo permite a contraprova de excludente de responsabilidade nas hipóteses em que o dano for causado por eventos da natureza, pelo homem ou por culpa exclusiva da vítima, distinguindo-se do risco integral pelo fato de este não contemplar a possibilidade da referida excludente de responsabilidade.

Em relação ao controle da administração pública e ao processo administrativo, julgue os itens subsequentes.

59 A possibilidade de o Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa constitui exemplo de controle legislativo, posterior, externo e de mérito.

60 No âmbito federal, no que concerne ao processo administrativo, há expressa vedação da *reformatio in pejus* quanto ao pedido de revisão, ao contrário do que ocorre com a apreciação de recurso.

Julgue os seguintes itens, referentes aos direitos e às garantias fundamentais.

61 O brasileiro naturalizado somente será extraditado no caso da prática de crime comum antes da naturalização ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. No primeiro caso, entretanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) tem entendido não ser possível a extradição caso o ato ilícito seja crime no ordenamento jurídico estrangeiro e contravenção no Brasil.

62 A lei que organiza e institui o tribunal do júri deve assegurar a plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, sendo vedada a inserção de outros tipos penais nesta competência.

63 A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; entretanto, no que concerne a processos administrativos, a existência de recurso com efeito suspensivo impede o ajuizamento de ação em face da inexistência do interesse de agir.

Julgue os itens a seguir, relativos à organização dos poderes do Estado.

64 A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios, dentro do período determinado por lei complementar estadual, dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, após divulgação dos estudos de viabilidade municipal, apresentados na forma da lei.

65 Cada ente federativo, mediante lei ordinária de iniciativa do Poder Executivo, poderá instituir regime de previdência complementar para os servidores públicos titulares de cargos efetivos, organizados em entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

66 No que diz respeito ao processo legislativo, o projeto de lei iniciado e aprovado em uma casa deve ser encaminhado para revisão pela outra. Na revisão, se o projeto for aprovado com emendas, deverá retornar à casa iniciadora, que as apreciará e, caso sejam rejeitadas, prevalecerá o projeto de lei original em que ocorreu a deliberação principal.

67 A fixação dos subsídios dos ministros do STF é de competência do Congresso Nacional, com a sanção do presidente da República, mediante lei de iniciativa conjunta dos presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do STF.

Acerca do controle de constitucionalidade e da teoria constitucionalista, julgue os itens seguintes.

68 A decisão definitiva em ação declaratória de inconstitucionalidade de lei produz eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e do Poder Executivo, operando em qualquer caso efeitos *ex tunc*, isto é, retroagindo à data de publicação do ato legislativo, uma vez que os atos inconstitucionais são nulos e, portanto, destituídos de qualquer carga de eficácia jurídica.

69 A contraposição entre princípios constitucionais é possível; entretanto, quando vier a ocorrer, deve-se procurar reduzir o âmbito de alcance de cada princípio confrontado de maneira equitativa ou, em determinadas situações, verificar a precedência estabelecida na ordem de prioridade estabelecida pela própria Carta Constitucional.

70 A intervenção da União em estado federado que deixe de aplicar o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, incluindo a fração proveniente do fundo de participação e demais transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, depende de provimento pelo STF de representação apresentada pelo procurador-geral da República em sede de ação direta de inconstitucionalidade interventiva.

Acerca da natureza jurídica dos tributos e sua classificação, julgue os itens subseqüentes.

71 O que determina se um tributo é classificado como direto e indireto é o fenômeno da repercussão.

72 O conceito de tributo não compreende a obrigatoriedade de destinação aos cofres públicos.

73 Admitindo-se que existam no direito brasileiro cinco espécies tributárias distintas, é correto afirmar que a natureza jurídica específica de um tributo independe da vinculação da receita desse tributo.

Julgue os itens que se seguem, relativos às espécies tributárias.

74 O tributo devido em razão da iluminação elétrica pública está tratado na Constituição Federal como uma subespécie de taxa, pela prestação de serviço público específico e divisível.

75 De acordo com a Constituição Federal, não é admissível que uma mesma hipótese de incidência possa constituir fato gerador de dois tributos distintos.

76 Segundo a Constituição Federal, extraordinariamente pode ocorrer que uma mesma hipótese de incidência configure fato gerador de dois impostos distintos.

Quanto às questões tributárias tratadas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens a seguir.

77 Determinado ente público somente não poderá ser considerado responsável, quanto à gestão fiscal, caso não institua todos os tributos previstos na Constituição Federal, de competência do referido ente.

78 Para efeitos orçamentários, a LRF estabeleceu critérios que devem ser observados na estimativa da receita, entre os quais se enquadram as alterações na legislação tributária.

79 Para estimativa da receita, não se pode levar em consideração a inflação, pois, como o projeto de lei de orçamento é elaborado entre julho e agosto do ano anterior ao da execução, não haveria como se saber previamente a inflação aplicável.

80 Caso o Poder Executivo atenda rigorosamente a todos os requisitos exigidos para a estimativa da receita, ainda assim o Poder Legislativo poderá reestimá-la, em face de alterações na legislação tributária advindas após a elaboração e apresentação do Projeto de Lei de Orçamento ao Poder Legislativo.

A respeito dos princípios orçamentários previstos na Constituição, julgue os itens que se seguem.

81 A Constituição veda a realização de despesas em valores superiores aos créditos orçamentários ou adicionais correspondentes, admitindo, eventualmente, a assunção de obrigações diretas, em montantes superiores aos respectivos créditos.

82 Apesar da regra que impede a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, é admissível sua utilização como instrumento de prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita.

83 Para gastos imprevisíveis e urgentes, é admissível a abertura de créditos extraordinários, desde que por meio de medida provisória e que se indiquem os recursos necessários.

84 No caso de uma guerra, mesmo que seja instituído um imposto extraordinário, admite-se a abertura de crédito extraordinário ilimitado, desde que somente seja gasto até o valor da arrecadação do citado imposto.

85 Entre as receitas públicas derivadas encontram-se as tributárias, apesar de haver, no direito pátrio, tributos cuja obrigação somente nasce da vontade do contribuinte.

Julgue os itens seguintes, referentes à Parte Geral do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002).

86 A personalidade civil inicia-se 24 horas após a primeira respiração, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

87 Pode ser declarada a morte presumida, sem declaração de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.

88 As benfeitorias podem ser voluptuárias, úteis ou necessárias. Úteis são aquelas que aumentam e facilitam o uso do bem.

89 É possível que a coação, para viciar a declaração de vontade, refira-se a fundado temor de dano iminente e considerável a amigo do paciente.

90 É anulável o negócio jurídico que não se revestir da forma prescrita em lei.

Em relação aos sujeitos do processo, julgue os itens a seguir.

- 91** Sabendo-se que a ação civil pública por danos causados ao meio ambiente pode ser proposta contra o responsável direto, contra o responsável indireto ou contra ambos, é correto afirmar que a hipótese envolve responsabilidade solidária, ensejadora de litisconsórcio facultativo.
- 92** É permitido ao juiz desconstituir litisconsórcio ativo facultativo multitudinário, visando assegurar o exercício do direito de defesa da parte contrária e evitar tumulto processual.
- 93** O particular que for vítima de poluição ambiental causada por fábrica vizinha a sua residência tem legitimidade para instaurar ação civil pública em defesa do meio ambiente.

Quanto à formação do processo e aos atos do juiz, julgue os itens seguintes.

- 94** É nula e, portanto, não produz nenhum efeito a citação determinada por juiz absolutamente incompetente para processar o feito.
- 95** O ato do juiz que extingue processo relativo a mandado de segurança por falta de prova pré-constituída da ilegalidade é sentença terminativa, pois põe fim ao processo sem julgamento de mérito.

Julgue os itens subseqüentes.

- 96** Nos crimes de extorsão, roubo e constrangimento ilegal, o sujeito ativo usa a violência ou grave ameaça contra a vítima.
- 97** A *abolitio criminis* constitui fato extintivo da punibilidade, que tem por consequência cessar a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.
- 98** Havendo coação física, em que A pratique o movimento de ofender a integridade de B em consequência de força corporal exercida por C sobre A, a conduta deste configurará o fato típico, porém, não haverá culpabilidade.
- 99** Se X desfechar um tiro em Y, hemofílico, e este vier a falecer em consequência dos ferimentos e de sua condição fisiológica, ter-se-á, nessa hipótese, causa concomitante relativamente independente, devendo o agente responder pelo resultado morte.
- 100** No tipo penal denominado furto, a expressão “para si ou para outrem” refere-se a elemento subjetivo do tipo.
- 101** A lei mais benéfica possui extra-atividade, que se constitui dos princípios da retroatividade e da ultra-atividade.
- 102** Um médico que deixa morrer um paciente para tentar salvar outro, por não possuir meios de atender a ambos, não comete delito pois age em estado de necessidade.
- 103** O homem pode ser, ao mesmo tempo, sujeito ativo e passivo do delito em face de sua própria conduta.
- 104** O desenvolvimento mental incompleto, o desenvolvimento retardado e a embriaguez completa, voluntária ou proveniente de caso fortuito ou força maior, excluem a imputabilidade.
- 105** A configuração do delito de desacato independe de que a ofensa seja feita na presença do funcionário público.

Acerca da alteração do contrato individual de trabalho, julgue os itens seguintes.

- 106** É ilícita a transferência do empregado em face da extinção do estabelecimento no qual prestava serviço já que não contribuiu para tal evento.
- 107** As despesas de transferência serão suportadas pelo empregador, desde que o fato gerador seja a necessidade de serviço.

No que concerne à responsabilidade solidária e subsidiária de empresas, julgue o item abaixo.

- 108** O inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador implica responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços no que se refere àquelas obrigações, inclusive quanto aos órgãos da administração direta, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, ainda que não hajam participado da relação processual e não constem do título executivo judicial.

Julgue os itens seguintes, relativos ao trabalho noturno e ao adicional de insalubridade.

- 109** A transferência do empregado para o período diurno não autoriza a supressão do adicional noturno em face da sua incorporação ao salário do obreiro.
- 110** Para efeito de deferimento de adicional de insalubridade, há distinção entre fabricação e manuseio de óleos minerais.

Em relação às férias, julgue os itens a seguir.

- 111** Excepcionada a hipótese de dispensa do trabalhador por justa causa, a extinção do contrato de trabalho obriga o empregador a pagar as férias proporcionais, mesmo que o trabalhador não tenha completado o período aquisitivo de 12 meses.
- 112** Não se admite a adoção simultânea do abono de férias e do terço constitucional instituído por instrumento normativo.

Com relação a FGTS, estabilidade e horas extras, julgue os itens que se seguem.

- 113** Considere a seguinte situação hipotética.

André continuou prestando serviço à empresa mesmo depois de aposentar-se espontaneamente e, sob esse argumento, requereu de seu empregador o pagamento da multa de 40% do FGTS relativamente ao período anterior à aposentadoria. Nessa situação, a argumentação para sua pretensão revela-se improcedente, razão por que o empregador deve negar o pleito de André.

- 114** O registro da candidatura de empregado a cargo de direção no sindicato durante o aviso prévio não gera o direito à estabilidade provisória.
- 115** São devidas as horas extras ao ferroviário mesmo que labute em estação do interior assim considerada por autoridade competente já que, do contrário, restaria configurada a figura do enriquecimento ilícito do empregador.

Com relação aos recursos no processo do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 116** Excepcionadas as decisões de natureza interlocutória, o agravo de instrumento constitui o recurso hábil contra decisões prolatadas por juiz de primeiro grau de jurisdição no processo de execução.
- 117** Cabe recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST), no prazo de 8 dias, das decisões em grau de recurso ordinário, em dissídios individuais e coletivos, proferidas pelos tribunais regionais do trabalho (TRTs).

Em relação ao mandado de segurança e às nulidades no processo do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 118** No processo do trabalho, é obrigatória a remessa, de ofício, das decisões proferidas em mandado de segurança pelos TRTs e favoráveis ao impetrante ente público.

- 119** Considere a seguinte situação hipotética.

O magistrado de primeiro grau declarou, de ofício, nulidade processual fundada em cerceio de defesa para, reabrindo a instrução processual que se achava encerrada, determinar a oitiva de testemunha indicada pelo reclamante que anteriormente havia sido dispensada por este. O advogado da reclamada apresentou seus protestos por entender que a decisão não encontrava amparo na lei.

Nessa situação, efetivamente, assiste razão ao advogado da empresa, uma vez que a decisão do magistrado afronta dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho.

Julgue o item a seguir, relativo ao rito sumaríssimo no processo do trabalho.

- 120** Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitida a interposição de recurso de revista por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do TST.

No concernente aos princípios que informam o processo do trabalho e ao processo de execução, julgue os seguintes itens.

- 121** No processo do trabalho, o princípio dispositivo segundo o qual o processo deve ser obrigatoriamente impulsionado pela parte ou interessado não comporta exceção.

- 122** Uma vez elaborada a conta e tornada líquida, o juiz, sob pena de caracterizar cerceio de defesa, deverá assinar às partes prazo sucessivo de 10 dias para impugnação fundamentada, com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.

No tocante aos honorários de advogado no processo do trabalho, julgue o item subsequente.

- 123** Mesmo considerando os termos do artigo 133 da Constituição Federal, que dispõe sobre a relevância do advogado na administração da justiça, no processo do trabalho somente são devidos os honorários advocatícios quando o autor for assistido por sindicato da categoria profissional e comprovar a percepção de salário inferior ao dobro do mínimo ou encontrar-se em situação econômica frágil que não lhe autorize demandar sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família.

Em relação aos dissídios coletivos de trabalho, julgue os itens seguintes.

- 124** O dissídio coletivo de greve tem natureza mista, posto que supõe apreciação prévia do caráter abusivo do movimento grevista, o que lhe confere feição de natureza jurídica, como também pode, eventualmente, discutir condições de trabalho, imprimindo-lhe aspecto de natureza econômica.

- 125** Por meio do dissídio coletivo de extensão, pode-se alcançar a extensão, a toda a categoria, de vantagens acordadas ou impostas apenas a parte dela.

PROVA DISCURSIVA

- Na prova a seguir — que vale **cinco** pontos —, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva o texto para a folha de **TEXTO DEFINITIVO** da prova discursiva, no local apropriado, pois não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.
- Obedeça ao limite de extensão determinado. Na prova discursiva, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **trinta** linhas será desconsiderado.

ATENÇÃO! Na folha de texto definitivo da prova discursiva, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** o texto com assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

A fuga das coerções morais e políticas européias do tempo do absolutismo político e da intolerância religiosa engendrou duas formações culturais americanas no período colonial: a via puritana, transportada da Inglaterra aos Estados Unidos da América, e a via laica, aberta no Brasil pela colonização portuguesa.

A cultura laica exerceu na origem da civilização brasileira a função de tempero dos valores: a dupla função de auferir, por um lado, a dose correta dos múltiplos valores que compõem a cultura humanista — espirituais, religiosos, ideológicos, estéticos, lúdicos e mundanos — e, por outro, de impedir que um determinado valor exerça seu imperialismo sobre os padrões de comportamento, à moda dos fundamentalismos do fim do século XX, ideológicos, políticos, religiosos e outros.

A tolerância como padrão de comportamento corresponde ao que há de fundamental na cultura brasileira, aquela mesma tolerância reivindicada pelos humanistas da Renascença em nome da própria natureza humana com base no princípio segundo o qual, sendo a natureza humana universal, universais são igualmente os valores do humanismo. Outros valores advindos de interesses, idéias, ideologias e religiões tanto podem conviver com os valores humanistas quanto eliminá-los. Essa última hipótese conduz a desastres da civilização. A tolerância forjou um Brasil feito do cruzamento de povos e civilizações. Em nenhum país do mundo o aporte em grande monta de raças e culturas distintas amalgamou a sociedade de forma tão espontânea e natural como no Brasil.

Sem esquecer o encontro dos três troncos raciais da sociedade brasileira, o preto, o branco e o índio, voltemos nossa atenção para a imigração moderna dos séculos XIX e XX. Povos e raças distintos vieram estabelecer-se no Brasil em proporções que configuram movimentos de massa. Entre os mais numerosos estão portugueses, espanhóis, italianos, poloneses, japoneses, chineses e árabes. Nenhuma dessas matrizes étnicas e culturais prevaleceu, contudo, sobre a matriz laica da cultura colonial brasileira. Esta se manteve e se impôs durante quinhentos anos, havendo realizado uma espécie de digestão mágica de todas as outras matrizes.

A unidade social é plural, ou seja, composta de muitos seres, e heterogênea, ou seja, com influências culturais de várias matrizes. O elemento congênito e perene da linha de evolução, a cultura laica, engendrou o perfil tolerante, alegre, convivente e aberto da civilização brasileira. Por isso mesmo, com uma capacidade de assimilação de diferenças que não se verifica em nenhuma outra grande nação sobre a face da terra em torno do ano 2000.

Participação. Brasília: DEX/UnB, ago./2001, p. 13-4 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo, posicionando-se acerca do seguinte tema.

PERFIL DO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: PLURALIDADE CULTURAL E CONVIVÊNCIA PACÍFICA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	